



Índice

- 01** Três mil índios protestam em Sidrolândia contra enrolação na demarcação de terras
- 02** Índios invadem fazenda e bloqueiam estrada no sul de MS, diz advogado
- 03** Prontos para reunião, índios e fazendeiros prorrogam trégua
- 04** Invasão de índios em fazenda não dura 24h, mas sindicato acusa "depredação"
- 05** Advogado diz que índios abriram porteira e deixaram animais escaparem de fazenda
- 06** Rio: ocupação continua no antigo Museu do Índio
- 07** Demarcação de terras indígenas é prioridade dos deputados na volta do recesso branco
- 08** Anistia Internacional se reúne com indígenas em Dourados
- 09** Cinco lideranças indígenas de MS embarcam hoje para reunião com ministro em Brasília
- 10** "Os indígenas não querem inviabilizar a produção rural", diz presidente da Funai em entrevista ao Bancada Rural



Três mil índios protestam em Sidrolândia contra enrolação na demarcação de terras
SÍTIO MIDIAMAX, 06.08.2013

Cerca de três mil indígenas se reuniram próximo da Fazenda Buriti, palco de conflitos entre proprietário e índios Terena, para protestar quanto a morosidade das demarcações para ampliação da Aldeia Buriti. Eles prometem resistir até a morte, caso seja decidido a favor dos produtores rurais.

Os indígenas criticam o adiamento da reunião com o Ministério da Justiça marcada para ontem (5) e mudada para amanhã (7), às 14h em Brasília. Eles alegam que já era para ter uma decisão final do Governo Federal sobre quem fica com a terra Buriti, se o proprietário Ricardo Bacha ou os indígenas.

De qualquer forma, uma decisão não favorável aos índios não está sendo cogitada pelos Terena. "Se não demarcarem, vamos marca a terra por nossas próprias mãos. Chega de sofrimento", disse o cacique Ageu Reginaldo Terena, mostrando a foice quando avisa que a demarcação será pela própria tribo.

Segundo o cacique, os indígenas não vão aceitar mais demora. "Não vamos aceitar que a União brinque com essa gente. Estamos sendo ameaçados e não vamos nos calar", destacou.

"Perdemos a guerra, mas não perdemos a luta. Quem matou nosso irmão foi o Governo. Nós não vamos nos calar até conseguir", afirmou o filho do cacique, Gênio Reginaldo Francisco Terena.

Para o ancião da Aldeia Buriti, Basílio George Terena, a situação é mais grave. "Eles dizem que vão matar índio. Nós estamos lendo na internet, fazendeiro fazendo ameaça. Se vai matar índio, se está em época de exterminar, então vai acontecer porque nós não vamos sair daqui".



Índios invadem fazenda e bloqueiam estrada no sul de MS, diz advogado
SÍTIO RONDA DO MS, 06.08.2013

Capataz foi tirado da sede, conforme o representante do proprietário. Funai e Polícia Federal disseram que vão ao local nesta terça-feira.

Índios bloquearam uma estrada e invadiram a fazenda Cambará nesta segunda-feira (5) em Iguatemi, distante 466 quilômetros de Campo Grande, segundo informou ao G1 o advogado do dono da propriedade, Armando Albuquerque.

A Polícia Federal (PF) e o coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Ponta Porã, Sílvio Raimundo da Silva, responsável pela área em que a fazenda está localizada, informaram que estão sabendo sobre a ocupação, mas que devem mandar equipes ao local para checar a situação apenas na terça-feira (6).

De acordo com o advogado, os guarany-kaiwá estavam em uma área de 100 hectares da propriedade rural desde 2012, conforme determinação judicial, mas por volta das 17h, ocuparam a sede da fazenda. "Eles tiraram o capataz, a mulher e o filho de lá", disse Armando.

O grupo de indígenas, segundo ele, também bloqueou a estrada que liga a região à área urbana. De acordo com o advogado, a área foi declarada indígena pela Fundação Nacional do Índio (Funai), mas laudos de fazendeiros apontam o contrário.

- G1 MS



Prontos para reunião, índios e fazendeiros prorrogam trégua

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 06.08.2013

Prontos para viagem a Brasília, índios e fazendeiros vivem a expectativa de encontrar amanhã, durante reunião no Ministério da Justiça, as soluções para o conflito pela disputa de terras em Mato Grosso do Sul.

Depois da tensão de maio, com a fazenda Buriti, em Sidrolândia, invadida por terenas e a morte do índio Oziel Gabriel durante ação de reintegração de posse, junho foi marcado pela visita de ministros e o anúncio de uma trégua até ontem, quando deveria ter sido realizada reunião para apresentar o valor da indenização por 15 mil hectares e um cronograma para resolver o impasse no restante do Estado.

Apesar de o encontro ter sido adiado para a quarta-feira, a trégua foi mantida por ambos os lados. "Eu acredito que a reunião deve ser conclusiva sobre o que será feito. A Acrissul vai defender o interesse dos produtores no sentido de indenizar pela terra e que pague em dinheiro", afirma o presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul, Francisco Maia.

Ele não entra no mérito do valor das indenizações. "Isso cabe aos advogados dos proprietários. O advogado que brigue pelo valor", salienta. Trabalho realizado em paralelo por comissão liderada pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) aponta o custo de R\$ 1 bilhão para indenizar pelas 53 áreas em litígio no Estado. São aproximadamente 770 mil hectares, que correspondem a 2,17% do território.

No entanto, o OGU (Orçamento-Geral da União) só reservou R\$ 50 milhões para indenizar os fazendeiros. Uma das propostas que chegou a ser cogitada foi arrendar as fazendas em Sidrolândia. "Isso já foi sepultado", garante Maia. A estimativa é que a indenização somente pelos 15 mil hectares da terra Buriti, que engloba 12 fazendas, varie de R\$ 150 milhões a R\$ 220 milhões.

Representante dos terenas, Lindomar Ferreira também espera por soluções. "Só vamos fazer mobilizações se não tiver as repostas que a gente tanto aguarda", afirma. Ele viaja hoje para o Distrito Federal com uma comissão de indígena composta por mais um representante dos terenas, um cacique kadiwéu e duas lideranças dos guaranis.

Hoje, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que deve conduzir a reunião de amanhã, se encontra com o secretário-geral da Presidência da República, ministro Gilberto Carvalho, e ministro da AGU (Advocacia-Geral da União), Luis Inácio Adams.

Terenas e guaranis - Reivindicada pelos terenas, a terra indígena Buriti fica localizada entre os municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti. Em 2001, a Funai aprovou o relatório de identificação da área de 17 mil, sendo dois mil já demarcados.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 140 / 2013

Brasília, 07 de agosto de 2013.

No mesmo ano, fazendeiros recorreram à Justiça para anular a identificação antropológica. Em 2004, decisão judicial foi favorável aos produtores. Dois anos depois, com nova decisão no TRF3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), a terra voltou a ser reconhecida como indígena.

Somente em 2010 o Ministério da Justiça declarou que a área pertencia aos terenas. Os próximos passos seriam a demarcação física da reserva e homologação da presidente da República. No entanto, no ano passado, o processo voltou a ser suspenso por decisão judicial favorável aos fazendeiros. Segundo os índios, a população chega a 6 mil pessoas, distribuídas em nove aldeias.

De acordo com o representante da CNPI (Comissão Nacional de Política Indigenista), Anastácio Peralta, das 53 áreas em litígio, 37 são relativas aos guarani-caiuá. "São 18 municípios e 60 mil índios", afirma. Dentre elas, áreas em Antônio João e Paranhos que já foram cenários de conflitos.



Invasão de índios em fazenda não dura 24h, mas sindicato acusa "depredação"
SÍTIO REGIÃO NEWS, 06.08.2013

Durante a invasão da fazenda, o funcionário precisou sair fugido do local. Junto da família, ele se escondeu em uma propriedade vizinha

Cerca de 35 índios da etnia Guarani-Kaiowá invadiram a sede da Fazenda Cambará, em Iguatemi, a 466 quilômetros de Campo Grande, por volta das 16h de segunda-feira (5). Segundo informações do Sindicato Rural de Iguatemi, o grupo entrou nas dependências da propriedade rural, vandalizou e roubou objetos do local.

"Eles já são conhecidos por fazerem ameaças e trancarem estradas. Eles estiveram na sede da fazenda, andaram quebrando e fazendo vandalismo na casa do funcionário", disse o presidente do sindicato, Hilário Parisi, que contou que o grupo permaneceu na fazenda até a madrugada desta terça-feira (6).

Ainda de acordo com Parisi, na casa do funcionário da propriedade, os índios depredaram móveis, abriram gavetas e roubaram joias e roupas. "Eles também roubaram galinhas e quebraram aparelhos de choque, bombas d'água, cercas e soltaram o gado nas estradas", contou.

A Polícia Federal e a Funai (Fundação Nacional do Índio) foram acionadas para atender a ocorrência. No entanto, por telefone, eles conseguiram solucionar a questão. Só na manhã de hoje que o efetivo da polícia foi ao local.

Durante a invasão da fazenda, o funcionário precisou sair fugido do local. Junto da família, ele se escondeu em uma propriedade vizinha. Parisi afirmou que a invasão dos Guarani-Kaiowá aconteceu como forma de pressionar o Governo Federal a dar uma resposta sobre as disputas de terras no Estado.

A reportagem procurou as assessorias de imprensa da Polícia Federal e da Funai, no entanto, até o fechamento desta matéria, não obteve informações acerca da situação.



Advogado diz que índios abriram porteira e deixaram animais escaparem de fazenda
SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 06.08.2013

Um grupo composto por aproximadamente 40 índios da etnia Guarani-Kaiowa ocupou no fim da tarde de segunda-feira (5) a sede da fazenda Cambará, em Iguatemi (466km de Campo Grande), de propriedade de Osmar Bonamigo.

Segundo o advogado do proprietário Armando Albuquerque, em uma vistoria feita na manhã desta terça-feira foi sentida a falta de vários objetos, como notebook, binóculo de longo alcance, bicicleta e muitos utensílios de cozinha, além de provocados alguns danos ao imóvel.

Segundo o advogado, que esteve na fazenda acompanhado por policiais federais, representantes da Funai e homens da Força Nacional houve grande tumulto durante a invasão. "Os índios chegaram fazendo uma grande arruaça, com facões soltando rojões e ameaçando todo mundo. O capataz, esposa e filho tiveram que sair às pressas e pedir abrigo na fazenda vizinha", afirmou.

"Além disso, abriram as porteiras possibilitando que alguns animais, do rebanho de 413 cabeças de gado deixassem a propriedade", acrescentou.

Segundo ele, os índios estão descumprindo uma determinação do Tribunal Regional Federal, que os obriga a ficar restritos à uma área às margens do rio que corta a região e como os estragos foram registrados pelos policiais, será anexado ao processo.

A fazenda está em litígio, com a Funai (Fundação Nacional do Índio) declarando ser área indígena. No entanto o proprietário conta com uma decisão da Justiça Federal de Naviraí, que lhe deu ganho de causa. (Midiamax)



Rio: ocupação continua no antigo Museu do Índio
SÍTIO DOM TOTAL, 06.08.2013

Mais de 50 pessoas, entre elas 15 índios, permanecem acampadas no antigo Museu do Índio, localizado ao lado do Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã, na zona norte do Rio, desde a tarde de ontem (5). O prédio, que ficou abandonado por anos, já havia sido ocupado pelos indígenas entre 2006 e março deste ano, quando foram retirados por determinação da Justiça.

Hoje à tarde, a secretária estadual de Cultura, Adriana Rattes, fará uma reunião com os líderes do movimento no local. Segundo o índio Tiuré Potiguara, depois da desocupação do prédio em março, o patrimônio foi danificado e árvores centenárias derrubadas.

‘Eles [o Estado e o consórcio] depredaram e descaracterizaram o patrimônio histórico do museu. O prédio foi transformado em um grande depósito de escombros da construção do Maracanã. Quebraram escadarias, entupiram o prédio de lixo, derrubaram árvores’, disse o indígena.

Tiuré Potiguara informou que os índios que reocuparam a chamada Aldeia Maracanã não querem que o prédio se transforme em um centro de referência da cultura indígena. ‘A nossa proposta é muito clara: queremos uma universidade que abra a universalidade do conhecimento indígena para todos do meio urbano e, também, para a formação dos índios. Estamos reivindicando esse projeto. O que queremos é que a Secretaria da Cultura ou outros organismos do estado participem, apoiem, mas que ele seja gerido, que ele seja administrado pelas lideranças indígenas’.

Ainda segundo Potiguara, as lideranças presentes na reunião ocorrida na tarde de ontem não representam os ocupantes do antigo Museu do Índio. A assessoria do governo estadual informou que o prédio vai virar um centro de referência da cultura indígena ‘naturalmente, sem haver moradia’.

Em nota, a Secretaria da Cultura informou que os ‘objetivos principais do centro serão os de promover, preservar e difundir a história, os valores, os conhecimentos e todos os aspectos culturais dos indígenas brasileiros, com foco especial nos grupos que vivem ou viveram nas diversas regiões do estado. O centro será ainda um ponto de formação, referência e apoio para os índios contemporâneos’.

Agência Brasil



Demarcação de terras indígenas é prioridade dos deputados na volta do recesso branco

SÍTIO RURAL BR, 06.08.2013

Deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária se reuniram pela primeira vez depois do recesso branco (dias nos quais os deputados recebem sem a obrigação de estarem presentes no plenário) nesta terça, dia 6. Eles discutiram quais serão as prioridades para esse segundo semestre e as estratégias que serão adotadas em temas polêmicos como a demarcação de terras indígenas e a Lei dos Motoristas.

Nos próximos seis meses, a prioridade da Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso continuará sendo as demarcações de terras indígenas. Será pedida a abertura de uma comissão especial para analisar a PEC 215, proposta de emenda à Constituição que transfere o poder da Funai e do Executivo de delimitar as áreas para o Legislativo. Os deputados vão exigir, ainda, o pagamento de indenização aos produtores que tiverem as terras demarcadas.

– Eu não tenho dúvida que tem que radicalizar o processo. Nós não gostaríamos disso mas, se a única forma de fazer o governo ouvir é invadindo, obstruindo a lei, então não resta alternativa. Nós vamos usar todos os instrumentos, o instrumento da obstrução, de não deixar funcionar, o poder de pressão – disse o deputado federal Alceu Moreira (PMDB-RS).



Anistia Internacional se reúne com indígenas em Dourados

SÍTIO DOURADOS NEWS, 06.08.2013

Na semana em que se comemora o Dia Internacional dos Povos Indígenas (9 de agosto), o secretário geral da Anistia Internacional, Salil Shetty, estará no município de Dourados para visitar o acampamento Apika'y e a Reserva Indígena.

De acordo com nota encaminhada pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário), O objetivo da visita, que acontece na quarta-feira (7), é conhecer de perto a realidade dos indígenas Guarani-Kaiowá e Terena, povos que enfrentam diversas situações de violência e violações aos seus direitos constitucionais adquiridos.

Percurso da missão

Ainda segundo o Conselho, Dourados é o epicentro do problema indígena do estado. De um lado, acampamentos de estrada e retomadas em territórios tradicionais onde incidem fazendas. Do outro, uma reserva indígena com o maior quadro de confinamento de populações tradicionais do país, e um dos contextos de maior violência e miséria do país.

Em sua visita ao acampamento Apikay, onde vivem hoje 15 famílias Guarani Kaiowá acampadas à beira de uma rodovia, Salil Shetty irá se reunir com a cacique Damiana, que assumiu a liderança do grupo após a morte de seu marido, atropelado na rodovia. Damiana já perdeu outros quatro familiares também por acidentes nas estradas, e um outro por envenenamento. O acampamento é ladeado por plantações de soja, milho e cana.

Em seguida, a comitiva irá para a aldeia Jaguapiru, que fica na Reserva de Dourados, onde se reunirá com lideranças do povo Kaiowá, Guarani, Terena e outras etnias. Nesta reserva, criada para acomodar indígenas que foram desalojados de suas terras no início do século 20, há a maior concentração de populações tradicionais por metro quadrado do Brasil.

Desde 2005, o Mato Grosso do Sul lidera os índices de violência contra indígenas. Em 2012, 37 dos 61 assassinatos ocorreram no Estado – todos ligados à disputa por terra, conforme relato do Cimi.



Cinco lideranças indígenas de MS embarcam hoje para reunião com ministro em Brasília

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 06.08.2013

Fernanda Kintschner

Cinco lideranças indígenas de Mato Grosso do Sul estão embarcando nesta terça-feira (6) rumo a Brasília para reunião com o Ministério da Justiça marcada para amanhã de manhã (7), em busca de uma solução para os conflitos pela terra.

A nova reunião com o ministro José Eduardo Cardozo será com dois líderes da etnia Terena, um da Kadiwéu e outros dois representando os Guarani. A informação é do líder Lindomar Terena, que confirmou também a participação de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai).

"Eu embarco 14h de hoje. Espero que dessa vez a gente volte de Brasília com propostas concretas, para que possamos dar continuidade à retomada das terras indígenas", afirmou.

Segundo Lindomar, na volta a Mato Grosso do Sul, as lideranças pretendem se encontrar na próxima terça-feira, em Anastácio, para divulgar o que foi decidido em Brasília e decidir os próximos passos dos indígenas.

A reunião estava marcada para ontem (5) e foi adiada. Além disso, nenhum dos produtores rurais que tem fazenda envolvida em conflito afirma que foi avisado do adiamento e/ou convidados para a reunião na Capital federal.

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado (Famasul) afirmou que seu presidente, Eduardo Ridel e o presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da Famasul e vice-presidente da Amansul, Cristhiano Bortolotto irão participar da reunião representando os proprietários rurais.

Na agenda pública do ministro José Eduardo Cardozo de ontem estava marcada uma reunião, às 18h, com o Secretário Geral da Presidência da República, Ministro Gilberto Carvalho e Ministro da Advocacia Geral da União, Luis Inácio Adams com a pauta "Questões indígenas".

O Midiamax entrou em contato com a assessoria do ministério, mas a agenda de amanhã ainda não foi liberada pela comunicação. (Matéria alterada às 10h54 para acréscimo de informações)



"Os indígenas não querem inviabilizar a produção rural", diz presidente da Funai em entrevista ao Bancada Rural

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 06.08.2013

O programa Bancada Rural deste último sábado, dia (3), contou com a participação da presidente interina da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirat, que falou sobre a demarcação de terras indígenas e sobre os conflitos que vem acontecendo com os produtores rurais no Brasil.

A presidente interina disse que o maior problema que se tem atualmente, é no momento da regularização fundiária de uma área como terra indígena. Segundo ela, a Funai paga exclusivamente as bem feitorias para as pessoas não indígenas que estão na área a ser demarcada. No Mato Grosso, várias áreas foram tituladas no processo de colonização antigo do Estado.

Tendo em vista que o ocupante não indígena tem um título da propriedade, ele tem direito também. Direito que é garantido pelo nosso ordenamento jurídico. É preciso que se tenha a capacidade de indenizar essa pessoa. Precisamos inovar para conseguirmos indenizar o dono das terras, pois sabemos que ele tem sido prejudicado nesse processo e ele precisa ser reparado – disse a presidente.

Maria Augusta explica que a Funai não faz o trabalho de demarcação de terras sozinha. Segundo ela, no processo de regularização, outras instituições participam da avaliação até a demarcação.

A regularização fundiária de terras indígenas no Brasil nunca foi de exclusividade da Funai, o que é nossa atribuição exclusiva, é a abertura do processo e a responsabilidade pelo relatório que consolida tudo que foi estudado.

Segundo ela, depois da pesquisa antropológica, o processo passa para o Ministério da Justiça, que realiza a portaria declaratória da terra indígena. Ela explica que antes de liberar o documento final, existe uma avaliação jurídica e posteriormente segue para homologação, que é feita por um ato de atribuição da presidente da república.

O decreto que estabelece o procedimento para a regularização fundiária prevê que a Funai pode, sim, consultar outros órgãos que possam contribuir na formação de convicções para que a área seja identificada como terra indígena. Essa responsabilidade é compartilhada – explica.

Questionada sobre as manifestações dos produtores rurais contra a Funai, Maria Augusta disse acha natural, pois a terra é o bem mais disputado do país. Ela destacou também, que a perspectiva da Funai não é trabalhar com conflito.

Acho natural que os produtores se manifestem contra a Funai, pois hoje a terra é um bem bastante disputado no nosso país, tanto para a produção agrícola quanto para a pecuária. E até
CONT.



mesmo para os índios. Porém, a violência e os conflitos não são o caminho – ressaltou.

Segundo ela, os indígenas não querem inviabilizar a produção rural, mas eles precisam também ter seus direitos garantidos.

A Funai reconhece a importância da produção rural. É um eixo bastante importante da economia no país. São ações extremamente necessárias para que o Brasil possa dar continuidade no projeto de consolidação da nossa economia afirmou.

A presidente falou também sobre os laudos emitidos pela Embrapa sobre áreas indígenas no Paraná.

A própria Embrapa se pronunciou sobre isso. Eles reconhecem que não tem esperteza necessária para trabalhar especificamente no que diz respeito aos estudos de regularização fundiária de terras indígenas. Não tivemos acesso ao relatório sobre o Paraná, mas o que se coloca é que esse documento não entraria especificamente nesse assunto. Se for para contribuir e tiver argumentos, a Embrapa será bem-vinda – disse.

Maria Augusta disse que existe um diálogo avançado com o Mato Grosso do Sul, onde os conflitos são mais agudos. Segundo ela, a perspectiva é de que o governo federal apresente uma proposta já na próxima semana.

Em nível de governo federal, existe uma boa chance de entendimento, mas precisa ser dialogado com o Estado – disse.

A presidente afirma que a vontade da Funai é resolver os conflitos, porém, não depende só da Fundação.

A solução não está somente ao meu alcance. Ela passa por uma vontade política e uma solução também jurídica, que possa garantir o equilíbrio entre os interesses. Nós da Funai estamos à disposição para esse diálogo. É inaceitável que uma vida tenha sido perdido por conta de um conflito fundiário. Estamos dispostos a dialogar e tentar resolver todos os conflitos – afirmou.

Nesta semana, um grupo de trabalho composto por indígenas e produtores rurais vai apontar soluções para os conflitos em Mato Grosso do Sul, e deve apresentar as propostas finais em uma reunião em Brasília.